

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

2018/2019

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, como representante da categoria profissional, o **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CAMPINAS** inscrito no CNPJ 46.106.779/0001-25, com sede na Rua Ferreira Penteado nº 895, Centro, Campinas-SP, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Aparecido Nunes da Silva, e de outro lado, como representante da categoria econômica, o **SINDICATO DO COMÉRCIO PATRONAL**, celebram na forma dos artigos 611 e seguintes da CLT, a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

ABONO DE FALTA À MÃE COMERCIÁRIA	13
ABONO DE FALTA AO COMERCIÁRIO ESTUDANTE	13
ABRANGÊNCIA.....	30
ASSÉDIO MORAL	29
ASSISTÊNCIA JURÍDICA.....	16
ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS	12
AUXÍLIO- FUNERAL.....	18
AVISO PRÉVIO ESPECIAL.....	14
AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL	14
CHEQUES DEVOLVIDOS.....	16
COINCIDÊNCIA DAS FÉRIAS COM ÉPOCA DO CASAMENTO	15
COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO.....	10
COMPENSAÇÃO.....	4
COMPENSAÇÕES DE ANTECIPAÇÕES SALARIAIS	21
COMPROVANTES DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS	15
COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO - CAT.....	29
CONTRATO DE EXPERIÊNCIA	16

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS	7
CONTRIBUIÇÕES DAS EMPRESAS PARA O CUSTEIO DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS - PATRONAL	9
CRITÉRIO DE PAGAMENTO DE FÉRIAS, 13º SALÁRIO E VERBAS RESCISÓRIAS AO EMPREGADO COMISSIONISTA	17
DA ASSISTÊNCIA NA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DO EMPREGADO:	18
DIA DO COMERCIÁRIO	16
DIFERENÇAS SALARIAIS	29
DOCUMENTOS - RECEBIMENTO PELA EMPRESA	17
DOMINGOS - TRABALHO	22
EMPREGADOS ADMITIDOS A PARTIR DE 1º DE SETEMBRO DE 2017:	3
ESTABILIDADE DA GESTANTE	12
ESTABILIDADE DO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAR O SERVIÇO MILITAR	13
ESTABILIDADE DO FUTURO APOSENTADO	11
FALECIMENTO DE SOGRO OU SOGRA, GENRO OU NORA	15
FERIADOS - TRABALHO	22
FICHA DE SINDICALIZAÇÃO	21
FIXAÇÃO DE OUTRAS VANTAGENS	21
FORNECIMENTO DE UNIFORMES	15
GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO AO EMPREGADO AFASTADO POR MOTIVO DE DOENÇA	12
GARANTIA DO COMISSIONISTA	6
GARANTIA NA ADMISSÃO COM MESMO SALÁRIO	14
INDENIZAÇÃO DE QUEBRA DE CAIXA	6
INÍCIO DAS FÉRIAS	15
LICENÇA-PATERNIDADE	21
MENSALIDADE SINDICAL (CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA)	21
MICROEMPRESAS - REPIS	6
MULTA	7
NÃO INCORPORAÇÃO DAS CLÁUSULAS COMO DIREITO ADQUIRIDO	7
NOVO EMPREGO - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO	14
PAGAMENTO DOS SALÁRIOS POR MEIO DE CHEQUES	15
PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA, OU REVOGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL	21
REAJUSTAMENTO SALARIAL	3

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

REMUNERAÇÃO DAS HORAS EXTRAS	17
REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS DOS COMISSIONISTAS.....	17
REMUNERAÇÃO DO REPOUSO SEMANAL DOS COMISSIONISTAS	17
REPRESENTAÇÃO	22
RESPONSABILIDADE DO DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL.....	9
REUNIÕES OBRIGATÓRIAS.....	21
REVISTA	21
SALÁRIO DO SUBSTITUTO	14
SALÁRIOS NORMATIVOS.....	4
VEDAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DURANTE O AVISO PRÉVIO	14
VIGÊNCIA:	29

01 REAJUSTAMENTO SALARIAL.

Os salários fixos ou parte fixa dos salários mistos dos empregados admitidos até 31/8/2018, nas empresas abrangidas por este instrumento coletivo, serão corrigidos a partir de 1º de setembro de 2018, data-base da categoria profissional, mediante o reajuste salarial de 6% (**seis inteiros percentuais**), sobre o salário vigente em 1º de setembro de 2017.

02 EMPREGADOS ADMITIDOS A PARTIR DE 1º DE SETEMBRO DE 2017.

O salário fixo ou a parte fixa dos salários mistos dos empregados admitidos a partir de 1º de setembro de 2017 até 31 de agosto de 2018 serão reajustados, a partir de 1º setembro de 2018, mediante a aplicação do reajuste previsto na cláusula nominada "Reajustamento Salarial" de forma proporcional, correspondente a 1/12 (um doze avos), por mês ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias trabalhados no referido período, incidente sobre os salários ou a parte fixa dos salários vigentes no mês de competência da referida admissão nas empresas abrangidas:

Período de Admissão	Multiplicar o Salário de Admissão por:
Admitidos até 15.09.17	1,0600

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

de 16.09.17 a 15.10.17	1,0550
de 16.10.17 a 15.11.17	1,0500
de 16.11.17 a 15.12.17	1,0450
de 16.12.17 a 15.01.18	1,0400
de 16.01.18 a 15.02.18	1,0350
de 16.02.18 a 15.03.18	1,0300
de 16.03.18 a 15.04.18	1,0250
de 16.04.18 a 15.05.18	1,0200
de 16.05.18 a 15.06.18	1,0150
de 16.06.18 a 15.07.18	1,0100
de 16.07.18 a 15.08.18	1,0050
a partir de 16.08.18	1,0000

03 COMPENSAÇÃO.

Nos reajustamentos previstos nas cláusulas nominadas "Reajustamento Salarial" e "Empregados Admitidos a partir de 1º de setembro de 2017" serão compensados, automaticamente, os aumentos, antecipações e abonos, espontâneos ou compulsórios, concedidos pelas empresas a partir de 1º de setembro de 2017; salvo os decorrentes de promoção, transferência, implemento de idade, equiparação salarial e término de aprendizagem.

**04 SALÁRIOS
NORMATIVOS
REPIS.**

E Ficam estabelecidos os seguintes salários normativos para os empregados da categoria, a partir de **1º de setembro de 2018**, desde que cumprida integralmente a jornada legal de trabalho, ou seja: 220 horas:

- a) **EMPREGADOS EM GERAL:**..... R\$ 1.480,00
(mil, quatrocentos e oitenta reais);
- b) **OFFICE-BOYS, FAXINEIROS, COPEIROS E
EMPACOTADORES:**..... R\$ 1.320,00
(mil e trezentos e vinte);
- c) **AUXILIARES DE VAREJO:**.....R\$ 1.320,00

PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019

(mil e trezentos e vinte reais);

d) **COMMISSIONISTAS:**..... R\$ 1.670,00

(mil, seiscentos e setenta e reais).

Parágrafo Primeiro: Enquadram-se como “auxiliar de varejo” os empregados que não comprovem em Carteira de Trabalho experiência anterior no comércio varejista ou lojista.

Parágrafo Segundo: É instituído o regime especial de piso salarial – REPIS – com a finalidade de favorecer a empregabilidade nas microempresas e empresas de pequeno porte. O piso salarial para os empregados das empresas que enquadrarem-se nas exigências mencionadas no anexo I desta convenção coletiva de trabalho será de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

Parágrafo Terceiro: À exceção do REPIS, que tem regras próprias, a função de “auxiliar de varejo” é restrita às empresas com até 5 empregados, que respeitarão o limite de 3 empregados como “auxiliar de varejo”.

Parágrafo Quarto: Os empregados exercentes de funções específicas como vendedor, balconista, auxiliar ou operador de caixa, auxiliar de escritório, auxiliar ou operador de crédito, auxiliar ou operador de cobrança, estoquista, repositor, vitrinista e congêneres, terão garantidos os seus atuais salários, incluindo o reajuste previsto na cláusula nominada “*Reajustamento Salarial*” e a garantia do piso da categoria previsto no item “a” dessa cláusula; sendo vedada a substituição deles por outros de menor salário, sob pena de a empresa arcar com a multa prevista no parágrafo sexto.

Parágrafo Quinto: Nos termos do §1º, do artigo 3º, da LEI N. 12.790,

PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCÍARIOS DE CAMPINAS
2018/2019

DE 14 DE MARÇO DE 2013, é admissível a contratação de "horista", com jornada diária mínima de 6 (seis) horas e jornada semanal mínima de 36 (trinta e seis) horas; e desde que o cálculo do valor-hora tome por base o salário normativo da categoria, conforme estabelecido na alínea "a" da cláusula 4ª (quarta) adicionando-se o descanso semanal remunerado na forma da LEI N. 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949 e com

Parágrafo Sexto: No descumprimento de quaisquer dispositivos desta cláusula a empresa arcará com a multa de **R\$ 1.480,00** (mil, quatrocentos e oitenta reais) por dispositivo descumprido, cujo valor será revertido em benefício do empregado prejudicado.

05 GARANTIA
COMISSIONISTA.

DO Aos empregados remunerados à base de comissões (comissionado puro ou misto), fica assegurada a partir de 1º/9/2018 a garantia de uma remuneração mínima, conforme valor estabelecido na letra "d" da cláusula nominada "**Salários Normativos**" nela incluído o descanso semanal remunerado, e que somente prevalecerá no caso das comissões auferidas em cada mês não atingirem o valor da garantia e se cumprida integralmente a jornada legal de trabalho.

06 MICROEMPRESAS.

Os empregados de microempresas, assim registradas na JUCESP, nos termos da LEI COMPLEMENTAR N. 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 e que não enquadrarem-se nas exigências do REPIS, terão garantido integralmente os valores constantes na cláusula 4..

07 INDENIZAÇÃO
DE QUEBRA DE CAIXA.

O empregado que exercer a função de caixa terá direito à indenização por "quebra de caixa" mensal no valor de **R\$ 74,00** (setenta e quatro reais) a partir de 1º de setembro de 2018.

Parágrafo Primeiro: A conferência dos valores do caixa será sempre

PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019

realizada na presença do respectivo operador e, se houver impedimento por parte da empresa, ficará aquele isento de qualquer responsabilidade.

Parágrafo Segundo: As empresas que não descontem de seus empregados as eventuais diferenças de caixa não estão sujeitas ao pagamento da indenização por "quebra de caixa" prevista no *caput* desta cláusula.

08 MULTA.

Fica estipulada uma multa de **R\$ 740,00** (setecentos e quarenta reais) por empregado, pelo descumprimento das obrigações de fazer contidas no presente instrumento a favor do prejudicado, à exceção daquelas cláusulas que contém penalidade própria.

Parágrafo único: As multas previstas ao longo deste instrumento coletivo de trabalho não serão cumulativas prevalecendo sempre a mais alta em favor do empregado.

09 NÃO INCORPORAÇÃO
DAS CLÁUSULAS
COMO DIREITO
ADQUIRIDO.

As garantias previstas nas cláusulas nominadas "*Salários Normativos*"; "*Garantia do Comissionista*" e "*Indenização por Quebra de Caixa*" não se constituirão, sob qualquer hipótese, em salário fixo ou parte fixa do salário.

10 CONTRIBUIÇÃO
ASSISTENCIAL DOS
EMPREGADOS.

As empresas, como obrigação de fazer da legislação civil, por seu representante legal - **SINDICATO DO COMÉRCIO PATRONAL** - signatário da presente, assumem o compromisso e se obrigam a descontar em folha de pagamento e recolher de seus empregados, sindicalizados ou não, a título de "**CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**", o equivalente a 2,5% (dois e meio pontos percentuais) de suas respectivas remunerações do mês de setembro de 2018. A contribuição deverá ser recolhida, impreterivelmente, até o dia

PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019

05/10/2018 e 1% (um por cento) para os demais meses.

Parágrafo Primeiro: A contribuição de 1% (um por cento) referida nesta cláusula será descontada na forma acima especificada, devendo ser recolhida, impreterivelmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do desconto.

Parágrafo Segundo: Do modelo padrão da guia de recolhimento referida no *caput* deverá constar, obrigatoriamente, que o valor será recolhido na proporção de 80% (oitenta por cento), para o sindicato representante da categoria profissional e 20% (vinte por cento) para a Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo. No caso do recolhimento se dar através de ficha de compensação, as empresas deverão preencher impresso próprio, fornecido gratuitamente pelo Sindicato.

Parágrafo Terceiro: O valor da contribuição assistencial reverterá em prol de serviços sociais da entidade sindical profissional beneficiária.

Parágrafo Quarto: Dos empregados admitidos após o mês de setembro/2018, será descontada a mesma taxa estabelecida nesta cláusula, sob o título de "**CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL ADMISSÃO 2018**", no mês seguinte ao de sua admissão, com exceção de quem já tenha recolhido a mesma contribuição em outra empresa, para a mesma categoria, devendo o recolhimento ser feito até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao desconto.

Parágrafo Quinto: A empresa deverá enviar ao sindicato, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao desconto, relação dos empregados, com as respectivas remunerações e os valores descontados, tanto em relação ao desconto do mês de setembro/2018, quanto aos descontos

PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019

dos futuramente admitidos.

Parágrafo Sexto: O atraso no recolhimento da contribuição assistencial efetuado fora do prazo mencionado no *caput* será acrescido de correção monetária, calculada pela variação da TR (Taxa Referencial) mais juros e multas constantes no artigo 600 da CLT.

Parágrafo Sétimo: O desconto previsto nesta cláusula fica condicionado a não-oposição do empregado, sindicalizado ou não. A oposição será manifestada por escrito junto ao respectivo sindicato profissional até 10 (dez) dias após a assinatura da presente norma coletiva, o qual deverá notificar por escrito a empresa, também no prazo máximo de 10 (dez) dias de sua entrega, para que não seja procedido o desconto, sob pena do sindicato profissional ser responsabilizado pelo valor descontado além dos correspondentes acréscimos legais respeitado o TAC firmado com o Ministério Público do Trabalho da 15ª Região.

11 RESPONSABILIDADE
DO DESCONTO.

A responsabilidade pela instituição, percentuais de cobrança e abrangência do desconto é inteiramente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Campinas e está em conformidade com a autorização expressa dos comerciários manifestada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada nos dias 20, 21, 22, 25, 26, 28 e 29 de Junho, 02, 03, 04, 05, 06, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 30 e 31 de Julho, 01, 02, 03, 06 e 07 de Agosto e convocada através de edital publicado no jornal "Agora", aos 16 de julho de 2018 página A13 e no jornal "Já", aos 16 de julho de 2018 página A07.

12 CONTRIBUIÇÕES DAS
EMPRESAS PARA O
CUSTEIO DAS
NEGOCIAÇÕES

PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCÍARIOS DE CAMPINAS
2018/2019

	COLETIVAS PATRONAL.	-	
13	COMPENSAÇÃO HORÁRIO TRABALHO.	DE DE	<p>A compensação da duração diária de trabalho, obedecidos os preceitos legais, fica autorizada, atendidas as seguintes regras:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Assinatura de Termo de Adesão, junto aos Sindicatos da Categoria Econômica e profissional, sem quaisquer custos às empresas, conforme modelo previsto no anexo II desta Convenção, respeitados e observados os demais itens desta cláusula.b) Manifestação de vontade por escrito, por parte do empregado, assistido o menor pelo seu representante legal, em instrumento individual ou plúrimo, no qual conste o horário normal e o compensável.c) Para efeito da presente Convenção Coletiva de Trabalho, o prazo constante do artigo 59 do § 2º da C.L.T., será no máximo em 270 (duzentos e setenta) dias. As horas trabalhadas e não compensadas no prazo estabelecido ficarão sujeitas aos adicionais previstos na cláusula 38 desta norma, sobre a hora normal.d) As regras constantes desta cláusula serão aplicáveis, no caso do menor, ao trabalho em horário diurno, isto é, até as 22 h (vinte e duas) horas.e) As regras constantes no item “b” desta cláusula não serão aplicáveis em hipótese alguma, no caso de trabalho em domingos e feriados, sob pena de aplicação estipulada a mesma da multa prevista na cláusula 9, além do acréscimo de 5 (cinco) vezes o valor da hora normal.f) Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma desta cláusula, fará o empregado jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas os acréscimos previstos na

PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019

cláusula 39, sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

- g) A admissibilidade do trabalho em regime intermitente, nos termos do §3º, do artigo 443, fica condicionada ao cumprimento do parágrafo único, do artigo 3º, da LEI N. 12.790, DE 14 DE MARÇO DE 2013.
- h) Para os efeitos da alínea "g", especificamente no que tange ao acordo coletivo de trabalho, a ciência e concordância do SINDICATO PATRONAL será sempre obrigatória.
- i) O não cumprimento da exigência específica contida na alínea "g", qual seja a formalização de acordo coletivo de trabalho para a regulação do trabalho intermitente sujeitará a empresa infratora à multa de R\$ 1.680,00 – revertida ao empregado prejudicado.

14 ESTABILIDADE
FUTURO
APOSENTADO.

DO Aos empregados que comprovadamente estiverem a um máximo de 12 meses da aquisição do direito à aposentadoria em seus prazos mínimos, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que faltar para aposentar-se.

- a) Aos empregados que comprovadamente estiverem a um máximo de 24 meses da aquisição do direito à aposentadoria em seus prazos mínimos e que contem com 10 anos ou mais de serviço na atual empresa, fica assegurado o emprego ou salário e demais benefícios trabalhistas durante o período que faltar para aposentar-se.
- b) O empregado, nas condições do *caput* e da alínea anterior, que deixar de pleitear a aposentadoria na data em que a ela fizer jus, perderá a garantia de emprego prevista nesta cláusula.
- c) As empresas obrigam-se a recolher a totalidade das contribuições previdenciárias dos empregados demitidos sem justa causa e que gozavam da estabilidade provisória conforme previsto nesta cláusula, até a aquisição do direito à aposentadoria.
- d) Entende-se como aquisição do direito à aposentadoria pela Previdência Social o preenchimento dos requisitos mínimos necessários à aquisição do direito à aposentadoria pela

PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019

			<p>Previdência Social, dentre esses o tempo necessário para cumprimento do pedágio, conforme previsto no Decreto 3048/99.</p>
15	ESTABILIDADE DA GESTANTE.	DA	<p>Fica assegurada estabilidade provisória à gestante, desde a confirmação da gravidez até 75 dias após o término da licença maternidade.</p> <p>Parágrafo único - Na hipótese de dispensa sem justa causa, a empregada deverá apresentar à empresa enquanto perdurar a gravidez e com a finalidade de imediata reintegração ao seu antigo posto de trabalho, o respectivo atestado médico comprobatório da gravidez.</p>
16	GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO EMPREGADO AFASTADO POR MOTIVO DE DOENÇA.	DE OU AO	<p>Ao empregado afastado por motivo de doença, fica concedida, nas licenças acima de 15) dias, a partir da alta previdenciária, garantia de emprego ou salário por período igual ao do afastamento até o limite máximo de 30 (trinta) dias.</p>
17	ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS.		<p>Atendida a ordem de prioridade estabelecida no artigo 75 do Decreto nº 3.048/99 e entendimento da Súmula n.º 15 do TST, serão reconhecidos os atestados e/ou declarações, médicos ou odontológicos, firmados por profissionais habilitados junto ao sindicato profissional ou por médicos e/ou odontólogos dos órgãos da saúde estadual ou municipal, desde que estes mantenham convênio com o órgão oficial competente da Previdência Social ou da Saúde.</p> <p>Parágrafo primeiro: Os atestados médicos deverão obedecer aos requisitos previstos na Portaria MPAS 3.291/84, devendo constar, inclusive, o diagnóstico codificado, conforme o Código Internacional de Doenças (CID), nesse caso, com a concordância do empregado.</p>

PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019

18 ABONO DE FALTA À
MÃE COMERCIÁRIA.

Parágrafo segundo: Os atestados médicos deverão ser apresentados à empresa em até 72 (setenta e duas) horas, da data de sua emissão.

A comerciária que deixar de comparecer ao serviço para acompanhamento em consultas médicas de seus filhos menores de 14 (catorze) anos, inválidos ou incapazes em caso de internações, devidamente comprovadas nos termos da cláusula anterior, terá suas faltas abonadas até o limite máximo de 15 (quinze) dias, durante o período de vigência da presente convenção.

Parágrafo Único: Fica assegurado e estendido ao pai comerciante com a guarda do filho, os mesmos direitos e obrigações constantes no *caput* desta cláusula.

19 ABONO DE FALTA AO
COMERCIÁRIO
ESTUDANTE.

O empregado estudante que deixar de comparecer ao serviço para prestar exames finais que coincidam com o horário de trabalho ou, no caso de vestibular, este limitado a um por ano, terão suas faltas abonadas desde que, em ambas as hipóteses, haja comunicação prévia à empresa, com antecedência de 5 dias e com comprovação posterior.

20 ESTABILIDADE DO
EMPREGADO EM
IDADE DE PRESTAR O
SERVIÇO MILITAR.

Fica assegurada estabilidade provisória ao empregado em idade de prestar serviço militar obrigatório, a partir do alistamento compulsório, desde que realizado no primeiro semestre em que o empregado complete 18 anos, até 30 dias após o término do serviço militar obrigatório ou da dispensa de incorporação, o que primeiro ocorrer.

Parágrafo único: Estão excluídos da hipótese prevista no *caput* desta cláusula, os refratários, omissos, desertores e facultativos.

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

21	GARANTIA ADMISSÃO.	NA	Admitido o empregado para a função de outro empregado dispensado sem justa causa, salvo se exercente de cargo de confiança será assegurado àquele, salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.
22	SALÁRIO SUBSTITUTO.	DO	Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.
23	AVISO ESPECIAL.	PRÉVIO	Aos empregados com mais de 45 anos de idade e mais de 5 anos de contrato de trabalho na mesma empresa, dispensados sem justa causa, o aviso prévio será de 45 dias. Em se tratando de aviso prévio trabalhado, o empregado cumprirá 30 dias, recebendo em pecúnia os 15 dias restantes.
24	AVISO PROPORCIONAL.	PRÉVIO	Os empregados dispensados sem justa causa terão direito a acréscimo, em pecúnia, no aviso prévio legal de 4 dias por ano completo de serviço na mesma empresa, aqui incluída a proporcionalidade garantida pelo artigo 1º, da LEI N. 12.506, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.
25	NOVO EMPREGO - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO.	-	O empregado demitido sem justa causa, que obtiver novo emprego, antes ou durante o prazo do aviso prévio, ficará desobrigado do seu cumprimento, desde que solicite a dispensa e comprove o alegado com antecedência de 48 horas, dispensada nesta hipótese, a remuneração do período não trabalhado.
26	VEDAÇÃO ALTERAÇÃO CONTRATUAL	DE	Durante o prazo de aviso prévio, dado por qualquer das partes, salvo o caso de reversão ao cargo efetivo por exercentes de cargo de confiança, ficam vedadas alterações nas condições de trabalho,

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCÍARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

	DURANTE O AVISO PRÉVIO.	inclusive transferência de local de trabalho, sob pena de rescisão imediata do contrato, respondendo o empregador pelo pagamento do aviso prévio.
27	INÍCIO DAS FÉRIAS.	É vedado o início das férias no período de 3 dias que antecede sábado, feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
28	COINCIDÊNCIA DAS FÉRIAS COM ÉPOCA DO CASAMENTO.	Fica facultado ao empregado gozar férias no período coincidente com a data de seu casamento, condicionada a faculdade a não coincidência com o mês de pico de venda da empresa, por ela estabelecida, e comunicação à empresa com 60 dias de antecedência.
29	FORNECIMENTO DE UNIFORMES.	Quando o uso de uniformes, equipamentos de segurança, macacões especiais for exigido pelas empresas, ficam estas obrigadas a fornecê-los gratuitamente aos empregados, salvo injustificado extravio ou mau uso. Equivalerá a uniforme os empregados que forem obrigados a usar roupa com a mesma marca ou grife da empresa.
30	PAGAMENTO DOS SALÁRIOS POR MEIO DE CHEQUES.	Quando o empregador efetuar o pagamento dos salários por meio de cheques, deverá conceder ao empregado, no curso da jornada e no horário bancário, o tempo necessário ao desconto do cheque, que não poderá exceder de 30 minutos.
31	COMPROVANTES DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS.	As empresas ficam obrigadas a fornecer comprovantes de pagamento dos salários e respectivos depósitos do FGTS, com discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e do empregado.
32	FALECIMENTO DE SOGRO OU SOGRA, GENRO OU NORA.	No caso de falecimento do seu sogro ou sogra, genro ou nora, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço nos dias do

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

	falecimento e do sepultamento, sem prejuízo do salário.
33 CHEQUES DEVOLVIDOS.	É vedado às empresas, descontar do empregado as importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos, desde que o mesmo tenha cumprido as normas pertinentes ou ocorrer a devolução das mercadorias, aceita pela empresa.
34 CONTRATO EXPERIÊNCIA.	DE Fica vedada a celebração de contrato de experiência quando o empregado for readmitido para o exercício da mesma função na empresa, exceto se o funcionário fora contratado através de empresa de serviços temporários conforme LEI N. 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974.
35 DIA COMERCIÁRIO.	DO Em homenagem ao dia 30 de outubro, DIA DO COMERCIÁRIO, será concedida ao empregado do comércio uma gratificação em pecúnia, correspondente a 1 ou 2 dias da sua respectiva remuneração mensal auferida no mês de outubro de 2018 a ser paga juntamente com a remuneração, conforme proporção abaixo: a) até 90 dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado não faz jus ao benefício; b) de 91 dias até 180 dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado fará jus a 1 dia; c) acima de 181 dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado fará jus a 2 dias. d) aos empregados sindicalizados, independentemente do tempo de serviço na empresa, 2,5 dias.
36 ASSISTÊNCIA JURÍDICA.	A empresa proporcionará assistência jurídica integral ao empregado que for indiciado em inquérito criminal ou responder a ação penal por ato praticado no desempenho normal das suas funções e na defesa do patrimônio da empresa.

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

- | | | | |
|-----------|---|-------|--|
| 37 | DOCUMENTOS RECEBIMENTO PELA EMPRESA. | - | A Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como, certidões de nascimento, de casamento e atestados, serão recebidos pela empresa mediante recibo ao empregado. |
| 38 | REMUNERAÇÃO DAS HORAS EXTRAS | | As horas extras diárias serão remuneradas com o adicional de 60%) as duas primeiras e 100% as excedentes de duas, incidindo ambos os percentuais sobre o valor da hora normal. |
| 39 | REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS DOS COMMISSIONISTAS. | | O acréscimo salarial de horas extras, em se tratando de comissões, será calculado tomando-se por base o valor da média horária das comissões auferidas durante o mês, sobre o qual se aplicará o correspondente percentual de acréscimo, multiplicando-se o resultado pelo número de horas extras remuneráveis, de conformidade com o disposto na cláusula nominada " <i>Remuneração das Horas Extras</i> ". |
| 40 | REMUNERAÇÃO DO REPOUSO SEMANAL DOS COMMISSIONISTAS. | | A remuneração do repouso semanal dos comissionistas será calculada tomando-se por base o total das comissões auferidas durante o mês, dividido por 25 e multiplicado o valor encontrado pelos domingos e feriados que fizerem jus, atendido o disposto no artigo 6º da LEI N. 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949. |
| 41 | CRITÉRIO DE PAGAMENTO DE FÉRIAS, 13º SALÁRIO E VERBAS RESCISÓRIAS AO EMPREGADO COMMISSIONISTA. | DE DE | Quando o salário for pago por comissão (comissionistas puros ou mistos), apurar-se-á média aritmética simples das 6 maiores comissões recebidas pelo empregado dentre aquelas recebidas nos últimos 12 meses imediatamente anteriores ao evento (férias, 13º salário, verbas rescisórias etc).

Parágrafo Primeiro: Aos empregados que não contarem com os doze meses remunerados a base de comissões, para a apuração da média referida nesta cláusula, serão considerados os meses de efetiva |

PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019

42 DA ASSISTÊNCIA NA
RESCISÃO
CONTRATO
DE
TRABALHO
DO
EMPREGADO.

remuneração à base de comissões.

O ato de assistência nas rescisões contratuais dos empregados, independentemente do tempo de serviço, alcançará os empregados demitidos sem justa causa ou que solicitaram demissão a partir do dia 1º/9/2018.

Uma vez realizado o ato, ele terá eficácia liberatória e manutenção jurídica em relação às rubricas trabalhistas consignadas no Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho.

A empresa que realizar o ato de assistência sindical deverá apresentar o certificado de quitação das contribuições sindicais emitido conjuntamente pelos sindicatos signatários desta convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo Primeiro: A partir de _____ de 2018 o *Sindicato dos Empregados no Comércio de Campinas, Paulínia e Valinhos* e o *Sindicato do Comércio Patronal* implementarão através da **CÂMARA INTERSINDICAL DE ASSISTÊNCIA**, conjuntamente, proporcionando assistência nas rescisões de contrato de trabalho, bem como dando quititações em outras obrigações trabalhistas.

43 AUXÍLIO-FUNERAL:

Na ocorrência de falecimento de empregado, as empresas indenizarão o beneficiário com o valor equivalente ao Piso Normativo da Categoria, para auxiliar nas despesas com o funeral.

Parágrafo único: As empresas que contratarem seguro de vida, ficando, nesse caso, dispensadas da concessão do pagamento do benefício previsto no caput desta cláusula. O seguro contratado deverá atender as normas regulamentadoras emanadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e garantidas as

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

seguintes coberturas mínimas:

A – relativas ao empregado titular:

- R\$10.000,00 (dez mil reais) em caso de **morte**;
- R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de **invalidez permanente total ou parcial por acidente**;
- R\$10.000,00 (dez mil reais) como **antecipação especial por doença**, conforme previsto nos contratos das seguradoras;
- R\$300,00 (trezentos reais) referentes a 2 (duas) **cestas básicas** de 25 (vinte e cinco) quilos, em caso de morte e;
- Até R\$2160,00 (dois mil, cento e sessenta reais) como **auxílio funeral** do titular para reembolso das despesas com o sepultamento.

B – relativas à família do empregado titular:

Cônjuge: Em caso de morte do cônjuge, será paga indenização de 50% (cinquenta por cento) da garantia de Morte Natural ou Acidental prevista para o empregado titular;

Filhos: Em caso de morte do(s) filho(s) maior de 14 (quatorze) e menor de 18 (dezoito) anos de idade, pagamento de 50% (cinquenta por cento) da garantia de Morte Natural prevista para o empregado titular. Tratando-se de menos de 14 (quatorze) anos, a indenização destinar-se-á ao reembolso das despesas efetivas com funeral.

Doença Congênita dos Filhos: Ocorrendo o nascimento de filho do empregado segurado com caracterização (no período de até 6 meses após o parto) de Invalidez Permanente por Doença Congênita, caberá ao mesmo uma indenização de 25% (vinte e cinco por cento) da garantia de Morte Acidental;

Cesta Natalidade: Em caso de nascimento do filho(a) da funcionária(o), a mesma receberá um kit Mamãe e Bebê, com itens específicos para atender as primeiras necessidades do bebê e da mãe, desde que o comunicado seja realizado pela empresa em até 30

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCÍARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

(trinta) dias após o nascimento.

C – relativas à empresa empregadora:

Reembolso à Empresa por Rescisão Trabalhista Titular: Ocorrendo morte natural ou acidental do empregado segurado, a empresa empregadora receberá uma indenização de 10% (dez por cento) da garantia de Morte vigente, a título do reembolso das despesas efetivas, valor esse que não será descontado da indenização devida aos herdeiros do trabalhador falecido.

D – O valor mínimo do prêmio do seguro contratado deverá ser de R\$5,00 (cinco reais) por empregado beneficiado;

E – Não haverá limite de idade de ingresso do empregado;

F - As empresas deverão apresentar o comprovante do seguro de vida no ato da rescisão trabalhista. Considera-se comprovante do seguro de vida: apólice, certificado individual de seguro e relação atualizada de segurados emitidos pela seguradora;

G - Os trabalhadores afastados não poderão ingressar na apólice de seguro na sua implantação. Quando retornarem ao trabalho, deverão aderir ao seguro. Exceções: trabalhadores afastados por licença maternidade e serviço militar. Se o trabalhador for afastado e fizer parte da apólice de seguro, a empresa deverá continuar a recolher o valor do seguro e deverá informar o motivo do afastamento;

§1º - As empresas poderão aderir à apólice estipuladas pelos Sindicatos representantes da categoria, mas estarão livres para contratação através de outro corretor ou seguradora respeitando a livre concorrência de.

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

**44 LICENÇA-
PATERNIDADE**

As empresas concederão licença-paternidade equivalente a 7 dias corridos, contados desde a data do parto, que se ocorrer durante o período de férias do favorecido, a elas esses dias serão acrescidos.

**45 REUNIÕES
OBRIGATÓRIAS.**

Quando realizadas fora do horário normal, as reuniões obrigatórias terão seu tempo remunerado como trabalho extraordinário.

46 REVISTA.

Fica expressamente proibida a revista (física/corporal) do empregado, podendo mostrar seus pertences pessoais à pessoa de ambos os sexos.

**47 FIXAÇÃO DE OUTRAS
VANTAGENS**

Fica convencionado que, durante a vigência da presente convenção, poderão ser negociadas e fixadas outras vantagens de natureza econômica e social nela não previstas.

**48 PRORROGAÇÃO,
REVISÃO, DENÚNCIA,
OU REVOGAÇÃO
TOTAL OU PARCIAL**

Nos casos de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial desta convenção, serão observadas as disposições constantes do art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho.

49 COMPENSAÇÕES:

Poderão ser compensadas as antecipações feitas pelas empresas, em períodos ou datas que antecedam a assinatura da presente Convenção Coletiva.

**50 FICHA DE
SINDICALIZAÇÃO.**

No ato da contratação as empresas disponibilizarão fichas de sindicalização para os novos empregados.

**51 MENSALIDADE
SINDICAL
(CONTRIBUIÇÃO**

As empresas ficam obrigadas a descontar em folha de pagamento de seus empregados, desde que devidamente autorizadas, as contribuições associativas (mensalidade sindical) devidas ao Sindicato,

PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019

ASSOCIATIVA):

quando por este notificado, nos termos do disposto no artigo 545 e parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único: O valor da mensalidade do empregado associado (sindicalizado) é de **R\$ 25,00** na data da assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho.

52 REPRESENTAÇÃO.

Todas as empresas, bem como os empregados abrangidos no presente Instrumento Coletivo de Trabalho / Convenção Coletiva de Trabalho, reconhecem como legítimos representantes, para efeitos de categoria profissional o **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CAMPINAS, PAULINIA E VALINHOS** e o **SINDICATO DO COMÉRCIO PATRONAL**, ratificando a representatividade prevista nos estatutos sociais das entidades sindicais abaixo assinadas e aprovando-as nas assembleias gerais extraordinárias.

53 DOMINGOS
TRABALHO.

- As empresas deverão observar as novas regras dos trabalhos em domingos, conforme escala da LEI 11.603, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2007, que alterou o artigo 6º da LEI N. 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

54 FERIADOS
TRABALHO.

- Na forma da LEI N. 11.603, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2007, fica permitido o trabalho dos seus empregados, nos feriados desde que obedecidas as cláusulas e demais condições a seguir:

- I - **ADESÃO AO TRABALHO NOS FERIADOS** - Para o pleno exercício da faculdade estabelecida neste instrumento, será obrigatório o Protocolo de Pedido de Adesão, a ser feito diretamente pela empresa interessada ao sindicato patronal (SINDIVAREJISTA), em que se compromete a obedecer as

PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019

disposições estabelecidas nesta convenção, cujo modelo de Adesão, a entidade patronal colocará a disposição dos interessados, em seu portal eletrônico (www.sindicatopatronal.com.br).

§ 1º: A efetivação da Adesão e permissão do trabalho aos feriados estará condicionada à emissão conjunta pelos sindicatos patronal e profissional de Certidão de Regularidade de Contribuições.

§ 2º: A empresa se obriga a afixar o PEDIDO de ADESÃO emitido e aprovado pelas entidades sindicais signatárias do presente instrumento coletivo em local na empresa para os funcionários tomarem ciência.

- II - As empresas somente poderão contar com o trabalho de seus empregados que optarem em fazê-lo, em jornada máxima de 8 horas, ficando vedada a jornada de trabalho além desse limite. Deverá, também, ser garantido o intervalo mínimo de 1 hora para refeição e descanso.
- III - Pagamento do acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal, calculando-se a remuneração do repouso dos comissionistas na forma da cláusula nominada "*Remuneração das Horas Extras dos Comissionistas*" da convenção coletiva ajustada entre os sindicatos signatários;
- IV - Além das horas extras com os acréscimos mencionados no inciso anterior, a empresa concederá ao empregado folga compensatória dentro dos 30 dias subsequentes ao feriado trabalhado, que, obrigatoriamente, coincidirá com dia útil.
- V - A empresa fornecerá, a título de refeição e vale-transporte, ao

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

empregado que trabalhar em dias considerados feriados e para cada feriado trabalhado o seguinte:

- a) **ALIMENTAÇÃO:** As empresas que tem cozinha e refeitórios próprios e/ou fornecem refeições, fornecerão alimentação nestes dias, ou fora destas situações, concederão, gratuitamente, auxílio refeição ou indenização em dinheiro correspondente a seguinte importância:
- 1) empresas com até 10 empregados = R\$ 30,00 vigente a partir de 1º/9/2018;
 - 2) empresas com 11 a 20 empregados = R\$ 35, vigente a partir de 1º/9/2018;
 - 3) empresas acima de 20 empregados = R\$ 40,00 vigente a partir de 1º/9/2018..
- b) **TRANSPORTE:** As empresas concederão vale-transporte de ida e volta ao trabalho, nos termos da legislação vigente, com antecedência mínima de 2 dias.

Parágrafo Único: - O valor acordado na letra "a" desta cláusula deverá ser pago no mesmo dia em que o serviço for prestado e contrarrecibo.

- VI - Independentemente da carga horária trabalhada pelos empregados nos feriados, o pagamento de 100% sobre as horas trabalhadas, deverá observar todas as vantagens e/ ou benefícios acordados neste instrumento.
- VII - O pagamento pelas horas trabalhadas em feriados, não poderá ser substituído pelo acréscimo ou decréscimo no banco de horas dos empregados, sob pena do pagamento da multa prevista nessa cláusula, inclusive do acordo individual que trata o parágrafo 5º do artigo 59 da CLT.

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

- VIII - O disposto nesta cláusula não desobriga a empresa a satisfazer as demais exigências dos Poderes Públicos em relação à abertura de seu estabelecimento.
- IX - Fica proibido o trabalho dos menores e das gestantes nos dias considerados feriados, exceto se os próprios interessados manifestarem por escrito.
- X - **FERIADOS EM QUE SERÁ VEDADO O TRABALHO DO EMPREGADO:**As empresas se obrigam a não exigir o trabalho de qualquer comerciário, independentemente do tempo de serviço na empresa, nos seguintes FERIADOS:
- a) **NATAL 2018;**
 - b) **1º/1/2019;**
 - c) **DIA DO TRABALHO 2019;**
 - d) **DOIS FERIADOS – MÓVEIS E FLEXÍVEIS** – Fica garantido aos empregados, além das condições previstas nessa cláusula, o gozo de duas folgas em dois FERIADOS no período de 1º/9/2018 A 31/8/2019.
- §1º - Será às empresas exclusivamente vinculadas ao varejo de alimentos (mini, super e hipermercados) ativarem seus empregados no feriado do DIA DO TRABALHO (1º/5/2019) mediante a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho a ser firmado entre a empresa e o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CAMPINAS, com a assistência do Sindicato Econômico - QUE DEVERÁ SER REQUERIDA DIRETAMENTE AO SINDICATO PROFISSIONAL ATÉ A DATA DE 13/12/2018, e concomitantemente, a empresa deverá enviar também ao SINDICATO ECONÔMICO, até 13/12/2018, cópia digitalizada do protocolo realizado junto ao SECCAMP, cópia esta que deverá ser encaminhada para o email

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

relacionamento@sindivarejistacampinas.org.br

§2º - As condições de trabalho no DIA DO TRABALHO, obedecendo os princípios da boa-fé e capacidade econômica, são os seguintes:

- a) As empresas somente poderão contar com o trabalho de seus empregados que optarem em fazê-lo, em jornada máxima de 6 horas, ficando vedada a jornada de trabalho além desse limite.
- b) O pagamento do acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora, calculando-se a remuneração do repouso dos comissionistas na forma da cláusula 39 da presente Convenção Coletiva de Trabalho e a concessão de folga compensatória em dia a ser estabelecido pela empresa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o feriado trabalhado.
- c) A empresa pagará uma INDENIZAÇÃO correspondente a importância de R\$ 96,00 ao empregado que trabalhar no FERIADO DO DIA 1º DE MAIO DE 2019, que deverá ser pago juntamente com a folha de pagamento do mês de maio/2019, com a rubrica "INDENIZAÇÃO 1º DE MAIO".
- d) As empresas que tem cozinha e refeitórios próprios e/ou fornecem refeições, fornecerão gratuitamente alimentação nestes dias, ou fora destas situações, concederão, gratuitamente, auxílio refeição ou indenização em dinheiro correspondente a seguinte importância:
 - 1) empresas com até 10 empregados = 30,00
 - 2) empresas com 11 a 20 empregados = R\$ 35,00
 - 3) empresas acima de 20 empregados = R\$ 40,00
 - 4) aos empregados sindicalizados, independentemente do número de empregados na empresa, o valor de R\$ 45,00.

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

- e) As empresas concederão vale-transporte de ida e volta ao trabalho, nos termos da legislação vigente, com antecedência mínima de 2 dias.
- f) Independentemente da carga horária trabalhada pelos empregados no feriado do dia 1º de maio de 2019, a folga compensatória e a remuneração deverão contemplar um dia de jornada normal, além de todas as vantagens e/ou benefícios acordados neste instrumento;
- g) O pagamento e a concessão da folga pelo trabalho no dia 1º de maio de 2019, não poderá ser substituído pelo acréscimo ou decréscimo no banco de horas dos empregados, sob pena do pagamento da multa prevista nesta cláusula;
- h) **DO DIREITO DE DESCANSO EM FERIADO PARA O EMPREGADO QUE LABORAR NO DIA 1º DE MAIO DE 2019:** As empresas que optarem pelo trabalho de seus empregados no feriado do dia 1º de maio de 2019, além de conceder as duas folgas nos feriados móveis e flexíveis fixados nesta convenção, se obrigam a trocar a folga do feriado do DIA DO TRABALHO por uma outra folga designada como móvel e flexível para o empregado, conforme escala de trabalho a ser elaborada pela empresa nos seguintes feriados: 19 de abril de 2019, 20 de junho de 2019 e 09 de julho de 2019;
- i) Fica proibida a jornada de trabalho no dia 1º de maio de 2019 após a 6ª hora, caso ocorra a empresa deverá efetuar o pagamento do adicional de horas extraordinárias com o adicional de 200% (duzentos por cento) sobre a hora normal.
- j) As empresas deverão proporcionar condições para a realização de assembleia da categoria profissional, referente ao trabalho no dia 1º de maio, ficando estabelecido que a assembleia será realizada por

**PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019**

estabelecimento, sendo que o resultado da mesma vinculará apenas os empregados do respectivo estabelecimento.

- XI - CONTROLE DO CUMPRIMENTO DO TRABALHO NOS FERIADOS: A empresa deverá apresentar ao Sindicato Profissional, na sede ou por e-mail (feriado@seccamp.org.br), **no prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores ao feriado**, duas relações, a primeira com todos os empregados que laborarão na empresa e a segunda com todos os empregados que folgarão no respectivo FERIADO, de forma opcional, as empresas poderão obter MODELO junto ao site do Sindicato Profissional (www.comerciaroscampinas.org.br).

- XII - PUBLICIDADE DAS CONDIÇÕES DO TRABALHO NOS FERIADOS –As empresas se obrigam dar ciência aos seus empregados, por escrito, de todo o conteúdo da Convenção Coletiva versando sobre o trabalho em FERIADOS, inclusive os admitidos após a sua assinatura.

- XIII - HORÁRIO DO TRABALHO NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2018- As empresas varejistas não poderão exigir o trabalho dos empregados após às 17 horas do dia 31 de dezembro de 2018, devendo ser encerrado o atendimento ao público às 15h00.

Parágrafo Único – As empresas do **SINDICATO DO COMÉRCIO PATRONAL** não poderão exigir o trabalho dos empregados após as 20 horas do dia 31 de dezembro de 2018, devendo ser encerrado o atendimento ao público às 18h00.

- XIV - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DESTA CLÁUSULA – No caso de descumprimento de qualquer das condições inseridas

PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCÍARIOS DE CAMPINAS
2018/2019

nessa cláusula, fica estabelecida a multa, conforme tabela abaixo, por empregado e a favor do empregado prejudicado, devida em dobro em caso de reincidência da empresa no descumprimento:

- a) empresas enquadradas na LC 123/2006 R\$ 1.540,00 vigente a partir de 01/09/2018;
- b) demais empresas = R\$ 1.850,00 vigente a partir de 01/09/2018.

55 COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO – CAT.

As empresas remeterão ao sindicato profissional, mensalmente, as Comunicações de Acidentes de Trabalho - CATs.

56 ASSÉDIO MORAL.

As empresas envidarão esforços para que sejam implementadas orientações de conduta comportamental aos seus respectivos supervisores, encarregados, gerentes e dirigentes para que, no exercício de suas funções não venham a praticar atos que possam ser caracterizados como agressão e constrangimento moral ou antiético a seus subordinados.

Parágrafo único: Para tanto será formada uma comissão paritária com, ao menos, 1 membro das Entidades Patronal e Profissional, para avaliação e acompanhamento da referida denúncia, sem prejuízo dos procedimentos junto ao Ministério Público do Trabalho e Gerência Regional do Trabalho e Emprego.

57 DIFERENÇAS SALARIAIS.

As diferenças salariais geradas pela aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, pertinentes aos meses de _____ e _____ 2018, em vista da data da assinatura desta Convenção, bem como os descontos previstos na cláusula nominada "Contribuição Assistencial dos Empregados" deverão ser complementadas até a data de pagamento da folha do mês de

PAUTA DE CONVENÇÃO DE COLETIVA DE TRABALHO
COMERCIARIOS DE CAMPINAS
2018/2019

_____ de 2018.

Parágrafo Único - Os encargos de natureza previdenciária e tributária serão recolhidos na mesma época do pagamento das diferenças salariais acima referidas, respeitando-se os prazos previstos em lei.

58 ABRANGÊNCIA:

A presente convenção abrange todos os empregados e empresas dos municípios de representatividade dos sindicatos convenentes.

59 VIGÊNCIA:

A presente convenção terá vigência por 12 (doze) meses, a contar de 1º de setembro de 2018 até 31 de agosto de 2019.

Campinas, _____ de _____ de 2018.

Presidente do
**Sindicato dos Empregados no
Comércio de Campinas**

Presidente do
**Sindicato do Comércio
Patronal**